



A centralidade da teoria na constituição de uma *episteme* comunicacional¹

Tiago Quiroga Fausto Neto²

Resumo:

O presente trabalho apresenta-se como contribuição ao que se vem chamando hoje da constituição de uma *episteme* comunicacional. Dado o caráter extremamente incipiente do assunto, procura-se aqui, antes de qualquer coisa, realizar uma reflexão que tem, na apresentação de alguns problemas que cercam o tema, seu principal objetivo. A título de compreender os postulados que orientam tal debate, assim como de agregar à presente temática uma análise de cunho propositivo, procura-se pensar o crivo fundamental exercido pela teoria na elaboração de uma ciência da comunicação.

Palavras – Chave: Epistemologia; comunicação; teoria.

1) Apresentação

As ocasiões que envolvem a confecção de teses de doutorado e dissertações de mestrado em comunicação, embora proporcionem uma rica diversidade de temas, também apontam para uma determinada questão que lhes é comum, isto é, que as perpassa igualmente em todos os níveis de trabalho. Em todas elas costuma-se ter a mesma orientação naquilo que se refere à temática central, ou seja, de que se deve produzir uma tal reflexão que em seu conjunto ou em seu caráter fundamental pertença à chamada área de comunicação. Apesar da grande variedade de temas e abordagens, todos devem apresentar uma problemática que se refira ao presente círculo de estudos. Nesse caso, particularmente, trata-se da fabricação de produtos que no seu conjunto apontem para um tipo de saber propriamente comunicacional, isto é, para uma modalidade de questões cuja envergadura e originalidade possam contribuir no desenvolvimento de um determinado tipo de reflexão que tenha como característica primordial pertencer à chancela específica da comunicação. Na realidade, embora pareça circunscrever um horizonte meramente normativo – afinal trata-se da prescrição que procura encaminhar formalmente desfechos de trajetórias pedagógicas em comunicação –, a exigência remete a outro e mais complexo debate. Trata-se aí de apenas um dos outros diversos esforços que se têm dedicado ao imperativo maior de traduzir, em disciplina na ordem do conhecimento, as chamadas práticas científicas em comunicação, ou seja, da institucionalização desse modo particular de fazer científico a

¹ Trabalho apresentado ao NP de Teorias da Comunicação coordenado pelo Prof.Dr. Luiz Cláudio Martino (UNB) no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM. Universidade Positivo, Curitiba/PR. Setembro de 2009.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Email: tagorj@terra.com.br.



qual, entre outros mecanismos, corresponde ao ato de outorgar a tal discurso especializado a chancela de disciplina específica na ordem do conhecimento. A aquisição, então, da presente chancela corresponderia a uma determinada etapa do processo de institucionalização. Entretanto, não se trata de qualquer etapa, senão daquela que pode vir a conferir-lhe o título de episteme ou de ciência, legitimando-a como área específica e autônoma na ordem do conhecimento. Afinal o que seria uma episteme comunicacional? O que deveria constar em determinada prática científica para que obtenha o título de área específica do conhecimento? Que características devem nortear as produções teóricas que, em seu conjunto, poderiam vir a produzir uma dada experiência autônoma? Ou, então, que critérios devem integrar uma totalidade reflexiva segundo a qual se possa obter a chancela em torno de dado saber constituído? Essas, portanto, as perguntas a que se refere nossa problemática de trabalho. O debate não é simples, muito menos encontra-se resolvido.

2) Epistemologia como espaço de trabalho

As perguntas nos colocam em meio a um conjunto de empenhos reunidos hoje, sob a semântica de uma epistemologia da comunicação,³ espécie de órbita em torno da qual se encontram congregados os diversos esforços na compreensão da “lógica própria do mundo científico”,⁴ em especial, aqueles que permeiam as práticas científicas em comunicação. Expressão que reúne em torno de sua terminologia as diversas ações que se têm dedicado a pensar os desdobramentos da comunicação como disciplina na ordem do conhecimento, a epistemologia da comunicação pode ser definida como instância de estudos cuja preocupação central, entre tantas outras importantes, se propõe oferecer a tal prática científica legitimidade equivalente à encontrada em outras áreas do saber historicamente consolidadas. Caso, por exemplo, da filosofia, da medicina, do direito, da matemática ou da física. De fato, embora constitua um modo particular de reflexão, a epistemologia da comunicação enquanto instância em torno da qual se concentram os avanços e dilemas desta prática científica remete ainda a uma ampla e imprecisa área de estudos que envolvem o desenvolvimento da ciência de um modo geral. Incluído na tradição francesa de filosofia da ciência que teria ainda em Bachelard, Koyré e Canguilhem seus grandes expoentes, Bourdieu concebe a epistemologia como espaço

³ Expressão que ganha amplo espectro, sobretudo a partir da publicação de *Epistemologia da Comunicação*. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). Edições Loyola: São Paulo. 2003.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004: 17.



dos possíveis, como disciplina através da qual é possível compreender as distinções, as disparidades, “o princípio das opções estratégicas e dos investimentos científicos, integrados ou não, numa intenção prática de acumulação”.⁵ Segundo o autor, a disciplina tem como desígnio fundamental a “mobilização de um coletivo, em torno de interrogações relativamente elaboradas, em condições tais que se possa produzir uma verdade sobre si próprio que certamente ele é o único capaz de produzir”.⁶ De acordo com Bourdieu, trata-se da energia apreendida na investigação das condições de possibilidade que cercam as verdades científicas, submetidas, sobretudo, à figura de suas respectivas instituições. Tal atividade tem a própria construção da ciência como objeto de investigação, que pode ser percebida como uma “reflexão coletiva sobre si própria”⁷ e que se torna a maneira pela qual se pode “instaurar [não só] uma tal estrutura de troca que traga em si mesma o princípio de sua regulação”⁸ como também a aceitação em torno de outras configurações de raciocínio que porventura ainda não tenham sido estabelecidas.

Trata-se aqui da epistemologia como disciplina responsável pelo desencadeamento de uma espécie de auto-análise coletiva que tem como principal objetivo promover as “condições de conceber novas formas de reflexão”.⁹ À disciplina, portanto, poderíamos endereçar uma atividade tanto normativa quanto heurística e historiográfica. No primeiro caso, a ela pertenceria um tipo de trabalho de valoração cujos critérios estabeleceriam as condições de possibilidade, os títulos de legitimidade¹⁰ de determinada prática científica ou círculo de estudos. No segundo, tratar-se-ia de um tipo de empreendimento que repousa na compreensão das “ciências em via de se fazerem, em seu processo de gênese, de formação e de estruturação progressiva”,¹¹ modalidade de reflexão que corresponde às prospecções em torno da natureza embrionária de um fazer científico, em vias de se constituir enquanto tal, isto é, enquanto atividade que possivelmente pode suscitar novas descobertas, dependendo dos métodos utilizados e relações conceituais estabelecidas em dada área do conhecimento que, nesse caso, se encontra em progressiva estruturação. Ambas as definições nos parecem plausíveis, uma vez que apontam

⁵ Idem, *ibidem*: 18.

⁶ Idem.

⁷ Idem, *ibidem*: 17.

⁸ Idem, *ibidem*: 18.

⁹ Idem, *ibidem*: 17.

¹⁰ JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. RJ: Jorge Zahar, 1996: 84.

¹¹ Idem, *ibidem*: 84.



para a atividade epistemológica como investigação precisamente situada naquilo que poderíamos chamar de uma teoria do conhecimento, ou seja, que tem por objetivo fundamental pensar sua construção oferecendo, sobretudo, “uma idéia do estado das interrogações que se colocam a propósito da ciência no universo da investigação sobre a ciência”.¹²

3) A questão comunicacional: da prática científica à chancela de *saber* constituído

Em se tratando de uma epistemologia da comunicação é necessário que nos remetamos ao paradoxo fundamental que a constitui. Se, por um lado, vasta é a produção teórica que caracteriza o campo, por outro, dado o próprio caráter incipiente da área, não se pode dizer o mesmo quanto às reflexões em torno de sua epistemologia. Na verdade, embora importantíssimos, poucos são os livros e autores que se vêm dedicando a realizar o debate sobre o tema.¹³ Apesar da centralidade da demanda, raras são as análises que se vêm preocupando em oferecer mais solidez teórica à questão, tão presente e, de certa forma, tão urgente no meio acadêmico de comunicação. Embora existam, por exemplo, nos diversos congressos de pesquisa, espaços institucionalizados que se propõem a pensar o assunto, observa-se ainda grande dificuldade em organizar tal quadro de reflexão, sobretudo no que diz respeito ao agendamento dos termos e questões que, uma vez sistematizados, poderiam vir a produzir se não maior avanço em torno do assunto, pelo menos maior visibilidade da temática de trabalho. Outro importante aspecto remete aos múltiplos e desvairados desencontros que envolvem a reflexão em torno de uma episteme comunicacional. Espécie de grande mosaico cujo estilhaçamento a faz permanecer limitada a enormes desperdícios teóricos, a reflexão epistemológica em comunicação parece reproduzir típicas explorações lógicas “que procuram pelo gato preto dentro do quarto escuro que não está lá”.¹⁴ A adjetivação tem causa própria e deriva do modo pelo qual surgem as primeiras práticas tidas como pioneiras nos estudos comunicacionais, isto é, decisivamente marcadas pelo crivo

¹² BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições, 2004:18.

¹³ Vale destacar a importância de trabalhos como: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de, e NAVARRO Raúl Fuentes. *Comunicación: campo y objeto de estudio*. México: Iteso, 2001; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Epistemologia da Comunicação*, Op. cit.; FAUSTO NETO, A., AIDAR PRADO, J. L., DAYRELL PORTO, S. (orgs). *Campo da comunicação*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001; FRANCA, V., MARTINO, L., HOHLFELDT, A. (orgs). *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001; WEBER, M. H., BENTZ, I., HOHLFELDT, A. (orgs). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: sulina, 2002; BRAGA, José Luis. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006; FERREIRA, Giovandro Marcus e MARTINO, Luiz Cláudio. *Teorias da Comunicação: epistemologia, ensino, discurso e recepção*. Salvador: Edufba, 2007; entre outros.

¹⁴ CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. *Aprendendo a pensar*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2002: 129.



uniforme do instrumento em que a comunicação eclode como meio para se alcançar determinado fim, perspectiva que a consolida como poderosa ferramenta dos mais diferentes episódios sociais. O mesmo acontece no caso do debate epistemológico em que prevalece a concepção que a consagra, quase sempre, como aporte de outras disciplinas na ordem do conhecimento.

Diferente de disciplinas clássicas cujo acúmulo teórico lhes assegura matrizes conceituais e objetos próprios de investigação, responsáveis, então, por leituras específicas acerca dos diversos fenômenos humanos, as incursões teóricas do campo comunicacional caracterizam-se, de um modo geral, como grandes rebatedoras de outras áreas do saber. Tal contingência tem resultado na constituição de uma enorme variedade de temas e objetos de estudo, predominantemente marcados por forte e ambíguo entrecruzamento de sentidos, que mais se aproximam de grandes colchas de retalhos do que propriamente da unidade que se espera realizar em torno do objeto de estudo. Embora, o reconheçamos o vigor embrionário de tal debate – de fato haveria nessa abordagem um grande potencial a ser explorado –, chamamos atenção para o modo pelo qual se tem praticado tal interdisciplinaridade. Isso porque, na realidade, tal dinâmica tem consolidado, muitas vezes, um mero acoplamento de teorias, ou seja, uma aproximação sem síntese das diversas modalidades exploratórias de pesquisa em que, de um modo geral, as diferentes correntes teóricas são acopladas e assim permanecem sob o signo da interdisciplinaridade. Em outras palavras, acreditamos ser insuficiente a fundamentação de que se trata de uma área interdisciplinar, posto que a justificativa tal qual a concebemos hoje apenas aponta para um grande acoplamento teórico. Em nosso entendimento tal característica representa a grande dificuldade de avançarmos em torno do problema que envolve a conquista de objeto. Na verdade, em detrimento de uma ciência interdisciplinar, o que teríamos hoje seria uma ampla aceitação da abordagem que legitima uma perspectiva instrumental da comunicação, em que ela aparece, quase sempre, como instrumento, utensílio, aporte de outras disciplinas, o que acaba por circunscrevê-la como “lugar de passagem”. Sendo assim, ou seja, em se tratando da enorme confusão que caracteriza o presente debate, torna-se necessária não apenas alguma serenidade no ato de nomear as questões, tornando o problema o menos opaco possível, mas, sobretudo, a adoção de uma determinada clivagem teórica comum que permita algum tipo de convergência possível. A necessidade torna-se ainda mais urgente por se estar referindo aqui à modalidade de reflexão da produção do saber científico



cuja legitimidade funda-se efetivamente no hábito de compartilhar. Sejam os diversos avanços, sejam os inúmeros retrocessos, trata-se sempre do resultado de uma determinada prática cujo núcleo central, intransponível, fundamenta-se no rito de compartilhar os problemas estudados ainda que para discordar radicalmente das proposições apresentadas. Significa dizer, portanto, que uma das primeiras demandas que se coloca diz respeito à apresentação dos problemas que perpassam o presente debate. Levando em consideração os limites que o formato do presente trabalho nos impõe, gostaríamos de chamar atenção para aquela que nos parece ser uma das problemáticas centrais no atual debate que cerca a constituição de uma episteme comunicacional. Nos parece que precisamente aí, ou seja, no vácuo entre o que seria sua caracterização enquanto círculo de estudos e sua possível constituição como disciplina na ordem do saber, é que encontra-se situado o problema fundamental referente à problemática epistemológica em questão. Em seu artigo *A constituição do campo da comunicação*, Braga apresenta melhor a questão.¹⁵

A título de uso mais adequado dos termos aos quais devemos nos remeter quando nos referimos à reflexão sobre o campo da comunicação, ele introduz o que seria não apenas uma melhor definição do problema aí empreendido, mas, a nosso ver, o cerne do debate de uma episteme da comunicação. Na apresentação da análise que traz em seu próprio título a temática de trabalho, o autor defende o uso do termo constituição, em detrimento de construção, quando nos referimos ao processo de sedimentação de tal campo científico. Segundo ele, a opção ocorre porque na terminologia escolhida “comparecem dois sentidos complementares relevantes para o (...) tema: o constituir-se enquanto processo de elaboração do campo – a construção propriamente dita; e a organização interna da coisa, que assim a constitui”.¹⁶ Apesar de transparecer leviandade – a opção pelo nome em si poderia sugerir outras proposições, tais como formulação, caracterização, elaboração ou edificação, enfim, variações do mesmo tema –, a adesão ao termo significa a compreensão da problemática fundamental que então o caracteriza. Ao termo constituição remeter-se-ia duplo vínculo. O primeiro, com o qual estamos de acordo, motivo pelo qual também fazemos a opção por seu uso, remeter-se-ia um fazer em si, referente ao conjunto de esforços que envolvem a comunicação enquanto círculo de estudos socialmente legitimado. Desde as mais

¹⁵ BRAGA, José Luiz. *Constituição do campo da Comunicação In Verso e Reverso*. Revista de Comunicação. Ano 14, n. 30, São Leopoldo, 2000: 11- 39.

¹⁶ Idem, *ibidem*: 11.



diferentes práticas de pesquisa, incluindo-se aí os diversos cultivos teóricos, encaminhamentos metodológicos, as chamadas tentativas de conquista de objeto de estudo, até os mais variados rituais de avaliação, hierarquização e classificação do material produzido, trata-se aí daquilo que resulta da soma de ações e produções comuns que caracterizam a comunicação como legítimo representante de um campo específico do conhecimento. Resultado desse conjunto de esforços, o campo da comunicação responderia hoje por um considerável acúmulo e desenvolvimento de trabalho cuja dinâmica de elaboração e organização interna, amplamente desenvolvida, aponta para uma possível autonomia da área. Significa dizer que não parece restar dúvidas de que a esse fazer em si pertence a consolidação de um largo espectro de estudos e pesquisas cuja produção científica indica a aceitação consensual da comunicação como campo de estudos socialmente legitimado.

O que parece importar é a constatação inarredável, na presente situação histórico-social, da objetivação de um espaço de estudos, reflexões e pesquisa percebidos largamente como relevantes, espaço este que, ao ser nomeado pelo termo “Comunicação” ou pela expressão “Comunicação Social” encontra forte consenso quanto ao de que se está falando – ainda que o contorno e a organização desse espaço estejam longe de ser consensuais (...).¹⁷

Entretanto, ao mesmo empenho que o caracteriza como campo do conhecimento, pertenceria a possibilidade da conquista do título de *episteme* comunicacional. Embora a análise de Braga se refira propriamente à problemática que permeia o campo, é necessário trazê-la para pensar não apenas sua *constituição* enquanto círculo de estudos, mas como disciplina na ordem do conhecimento. Isso porque, como observa o autor, e com o que, aliás, estamos de acordo, não parece restar dúvidas quanto ao consenso acerca da comunicação social como círculo de estudos, reflexão e prática de pesquisa, notadamente de grande importância. Trata-se propriamente da legitimidade social resultante do sólido acúmulo da produção da presente prática científica, que não parece deixar dúvidas quanto a sua condição de genuíno representante de campo específico do conhecimento. No entanto, a questão que parece fundar, se não a principal, pelo menos uma das questões mais importantes no que diz respeito ao debate em epistemologia da comunicação, trata da passagem da presente prática científica à condição de saber constituído, ou seja, à categoria de disciplina na ordem do conhecimento. Esse, portanto, o segundo aspecto decorrente da opção pelo termo *constituição*, que embora situe a problemática em torno do campo pode ser estendido para pensar uma *episteme* da comunicação. Nesse caso, além de um

¹⁷ Idem.



irrevogável fazer interno, inerente a sua auto-organização, agregar-se-ia à *constituição* do campo a conquista da chancela de *episteme* comunicacional, termo segundo o qual a presente prática científica seria elevada à condição de disciplina na ordem do conhecimento. Categoria submetida ao alcance de determinados postulados científicos, o título de disciplina na ordem do saber depende efetivamente do grau de correspondência entre a produção de determinada prática científica e a ressonância e legitimidade que ela seja capaz de provocar junto aos critérios responsáveis pela realização de tal atribuição. Essa, portanto, a problemática central que institui não apenas o termo ao qual devemos nos remeter quando da caracterização do campo, mas, também e sobretudo, o local em que reside o paradoxo embrionário do debate acerca de uma *episteme* comunicacional. Se, enquanto exercício da prática de pesquisa, responsável pela difusão de um amplo tipo de conhecimento, existe na comunicação campo largamente consolidado, quando nos remetemos à clivagem epistemológica, instância em que encontramos os postulados segundos os quais se deve ou não converter determinado acúmulo teórico em área específica do conhecimento, já não se poderia falar o mesmo. E por quê?

No mesmo artigo, Braga defende ser ociosa a questão que se dedica a “debater sobre o estatuto acadêmico do campo da comunicação – se de ciência, arte, disciplina, ou apenas gênero de literatura”.¹⁸ Para ele, a alcunha correspondente ao termo campo seria não apenas suficiente, mas “confortável (...) a todos os nossos propósitos práticos de designação”. Nesse caso, vale observar, o autor não usa o termo *episteme* ou ciência quando se refere à constituição de determinado espaço de estudo e pesquisa. Segundo ele, a questão a que se refere o termo constituição diz respeito aos problemas e desenvolvimento de parâmetros do campo. Entretanto, em nosso entendimento, se quisermos pensar a constituição de uma *episteme* comunicacional, como é o caso, acreditamos ser fundamental entrar no problema que diz respeito a seu estatuto disciplinar. Não por opção ou desejo de normatividade, mas pelo simples fato de que é precisamente em torno de tal questão que podemos encontrar as distinções entre os termos, premissas e referenciais teóricos segundo os quais se alcança, ou não, a condição de área do saber. Dito de outra maneira, se desejamos, aqui, pensar a constituição de uma *episteme* comunicacional, e uma vez que ela encontra seu fulcro central na passagem da qualidade de prática científica à possível condição de disciplina

¹⁸ Idem.



na ordem do conhecimento, trata-se, pois, de investigar os postulados segundo os quais se outorga ou se atribui tal conformação.

4) Sobre a conquista de *cientificidade* nas pesquisas de ciências sociais

Sendo muitas as perspectivas que constituem tal abordagem, podemos mencionar a reflexão apresentada sobre o assunto em Bourdieu¹⁹, em que é possível identificar valiosas diferenciações entre o que seria a idéia de campo social, campo científico, disciplina na ordem do conhecimento, constituição de objeto de estudo, enfim, questões que cercam a especificidade da produção científica. Trata-se de pensar o problema da autonomia do saber, isto é, da capacidade de refratar ou retraduzir os “fatos do mundo” segundo atributos próprios. Trata-se aí do *valor distintivo* ou *diferencial*²⁰ que caracteriza a especialização do discurso científico cuja originalidade o *autonomiza* e distingue de qualquer outro campo social. Bourdieu discorre com maior acuidade sobre a questão em *Ofício de Sociólogo*,²¹ livro em que se dedica a pensar a especificidade disciplinar que caracteriza o trabalho sociológico. Com intuito de responder ao problema que trata de sua autonomização, ele então apresenta a “ordem lógica dos atos epistemológicos – ruptura, construção, prova dos fatos”²² –, espécie de prerrogativa através da qual se podem garantir os chamados níveis de *cientificidade* que caracterizam a especificidade dos campos científicos, em especial o sociológico.

No primeiro caso, trata-se da necessidade de romper com o senso comum, ou melhor, com o que Bourdieu chamou de “opiniões primeiras sobre os fatos sociais”, que, segundo ele, apontam para uma “coletânea falsamente sistematizada de julgamento”.²³ No rastro de Durkheim, que denunciava os perigos de uma hiperespecialização na nova ordem urbano-industrial iniciada em meados do século XIX, Bourdieu chama atenção para a precarização das chamadas *pré-noções* que ancoram sua legitimidade apenas nas *funções sociais que desempenham* seus atores e

¹⁹ O autor procura apresentar os níveis de *cientificidade* que caracterizam as ciências sociais que, por natureza, nascem e se constituem “coladas” aos eventos e contingências sociais. A aproximação com o caso da comunicação nos parece razoável dado que a mesma também se vê diante da necessidade de justificar a legitimidade científica de suas diferentes práticas de pesquisa. Para Bourdieu, então, um dos maiores desafios aí trata da necessidade de articular os “fatos do mundo” aos saberes específicos, ou seja, no caso das ciências sociais, o acontecimento político aos pressupostos de *cientificidade*. Bourdieu, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Op. cit.

²⁰ Idem, *ibidem*: 132.

²¹ BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, RJ: Editores Vozes: 2007.

²² Idem, *ibidem*: 73.

²³ Idem, *ibidem*: 23.



que, na prática, têm como único grande objetivo “reconciliar, a qualquer preço, a consciência comum consigo mesma”.²⁴ Erguidas em torno de *linguagem corrente* e de *noções comuns*,²⁵ as chamadas *pré-noções* representam, afirma Bourdieu, não apenas uma familiarização com o universo social que deve ser evitada, mas o primeiro grande empecilho à formulação de determinado discurso especializado. Bourdieu aponta os recursos da estatística, ou o que Durkheim chamou de *conceitos provisórios*, como exemplos de diferentes técnicas de objetivação pelas quais se pode começar a ter uma primeira noção científica acerca de tais acontecimentos. Segundo ele, as estatísticas produziriam um *desconcerto* de tais *pré-noções* posto que as retira de senso comum e as integra em outro regime discursivo, possibilitando, então, explicações de natureza diversa daquelas que sugerem um *saber imediato*. Ao promover a retirada das leituras acerca do social de seu registro meramente opinativo, integrando-as no regime discursivo de cientificidade, a sociologia as protege e preserva, tornando possível sua manutenção e transmissão na ordem do tempo. Assim, afirma Bourdieu, estaria justamente em torno dessa *ruptura*, a primeira abordagem que envolve o *ofício de sociólogo*. A sociologia, disciplina por natureza atrelada ao acontecimento social, dele se deve descolar posto que se torna o resultado de um determinado discurso especializado, fundamentado sobre parâmetros de cientificidade, responsáveis, então, por legitimá-la enquanto saber constituído. No entanto, além da *ruptura* com noções comuns, que permanecem restritas às leituras extremamente simplistas do real, trata-se de remetê-las a certo escopo teórico e metodológico cujos acúmulo e enquadramento sejam capazes de produzir outras regularidades discursivas.

(...) A apreensão de um fato inesperado pressupõe, pelo menos, a decisão de prestar uma atenção metódica ao inesperado e sua virtude heurística depende da pertinência e coerência do sistema de indagações que ele coloca em questão. Sabe-se que o ato da invenção que conduz à solução de um problema sensório-motor ou abstrato deve quebrar as relações mais aparentes, por serem mais familiares, para fazer surgir novo sistema de relações entre os elementos.²⁶

O segundo daqueles três componentes que constituem a *ordem dos atos epistemológicos* trata da *construção do objeto científico*. Ao retirar a interpretação do acontecimento de uma leitura meramente opinativa, integrando-a ao que Bourdieu chama de um *novo sistema de relações entre os elementos*, as práticas científicas não apenas a inserem numa outra modalidade representacional, mas também num formato

²⁴ idem

²⁵ Idem, ibidem: 23.

²⁶ Idem, ibidem: 25.



discursivo cujo engenho permite melhor demarcação de suas natureza e vicissitudes.²⁷ Significa dizer que, ao se romper com as opiniões de senso comum remetendo as leituras do feito social às representações científicas, pode-se tanto promover a fixação das fronteiras ou limites em torno dos quais se desenrola o feito social como também compreender as regularidades que então o caracterizam. Além de maior profundidade em torno do acontecimento, é bem possível que tais leituras, uma vez referendadas por aquelas representações, lhes possam conferir níveis seguros de conservação evitando, assim, os elevados índices de suscetibilidade que freqüentemente caracterizam o regime opinativo. Entretanto, ainda assim, podemos perguntar: mas o que seriam essas representações científicas, inicialmente originárias da *ruptura* com a opinião de senso comum, responsáveis, segundo Bourdieu, por assegurar os chamados níveis de cientificidade que atestam a competência específica do campo científico? Trata-se, pois, da atribuição a que estão sujeitas as leituras de caráter opinativo junto às chamadas *problemáticas teóricas* que compõem as diferentes disciplinas na ordem do conhecimento. No que se refere à construção do objeto, portanto, diz Bourdieu, a primeira questão a ser assinalada trata da *demissão empírica*.²⁸ Na mesma direção que orienta a chamada *ruptura* com as opiniões de senso comum, o sociólogo critica as tradições científicas de caráter eminentemente empírico, cuja crença na neutralidade do método atesta firmemente a idéia de uma realidade que fala por si só. Segundo ele, trata-se de um *realismo ingênuo*²⁹ que deposita sua crença num extremo empirismo em que a nomeação do objeto resulta, fundamentalmente, de três aspectos: a melhor aplicabilidade do método, a imparcialidade do cientista, que se deve anular enquanto protagonista de sua investigação, e neutralidade das técnicas utilizadas e dos dados que daí podem provir. Para o autor, o grande problema que aí se coloca é que, na maioria das vezes, tal abordagem tende a não realizar a *ruptura* necessária com as opiniões comuns. A propósito da imparcialidade do cientista e da neutralidade da técnica de pesquisa, a qual, supostamente aproximar-se-ia com maior exatidão da livre relação que se estabelece entre os episódios ditos reais, acaba-se, muitas vezes, não apenas por reproduzir a *ilusão positivista* em torno do método, mas também reforçar as chamadas *pré-noções* uma vez que a ela se permaneceria misturado na condição de um artificialismo asséptico de modo a não se alcançar a chamada conquista de seu objeto. Na realidade, diz ele, o empirismo cego

²⁷ Idem.

²⁸ A expressão refere-se ao subtítulo “A construção do objeto. O fato é construído: as formas da demissão empírica”, do segundo capítulo do livro *Ofício de Sociólogo*. Op. cit.: 45.

²⁹ Idem.

acaba misturando-se à condição de fato social, ao que chama de *objeto real, pré-construído pela percepção*.³⁰

Não é suficiente multiplicar os cruzamentos de critérios tirados da experiência comum (basta pensar em todos os temas de pesquisa do tipo “as diferentes formas de lazer dos adolescentes de um grande condomínio da periferia de Paris”) para construir um objeto que, resultante de uma série de divisões reais, continua sendo um objeto comum e não tem acesso à dignidade de objeto científico pelo simples fato de que se presta à aplicação das técnicas científicas.³¹

Nesse caso haveria grande diferença entre o *objeto real, pré-construído pela percepção*, e aquele dito *científico*, resultante do “sistema de relações construídas propositalmente”.³² No primeiro caso, aponta-se para fenômenos sociais que embora tenham sua existência notadamente reconhecida, não necessariamente alcançam legitimidade a ponto de tornar-se objeto de investigação científica. Significa dizer que apesar de serem objetos reais ainda assim permanecem no registro de uma percepção ingênua e de senso comum, não se tornando, portanto, passíveis de uma análise mais rigorosa na ordem do conhecimento. Para tal, afirma Bourdieu, é preciso que obtenham a chancela de objeto científico a qual se conquista através de sua articulação a um nível de conceitos e padrões sistêmicos mais amplos e capazes de torná-lo um fenômeno também científico. Discípulo da escola epistemológica francesa, Bourdieu endossa as palavras de Bachelard, um de seus maiores expoentes, para o qual o “vetor epistemológico vai do racional ao real e não, inversamente, da realidade ao geral, como era professado por todos os filósofos desde Aristóteles até Bacon”.³³ Ele defende a necessidade de remissão de qualquer que seja o resultado do trabalho experimental, isto é, da aplicação das diversas técnicas de pesquisa que caracterizam o chamado trabalho empírico a uma determinada *problemática teórica*. “Não se pode esquecer, de modo algum”, diz ele, “que o real nunca toma iniciativa já que só dá resposta quando é questionado”.³⁴ Nesse sentido, não se trata de negar a importância da aplicabilidade dos métodos e técnicas utilizados em determinada pesquisa, mas de remetê-los invariavelmente a sua hipótese de trabalho inicial a qual, necessariamente, envolve a prospecção teórica.

³⁰ Idem, ibidem: 47.

³¹ Idem.

³² Idem, ibidem: 46.

³³ BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. São Paulo: Abril Cultural, 1979: 91. Coleção Os Pensadores.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo*. Op. cit.: 48.

Com relação à *prova dos fatos*,³⁵ terceiro componente da *ordem atos epistemológicos*, Bourdieu dedica boa parte de sua reflexão à explicitação do que chamou de uma *verificação sistemática*³⁶ das proposições e hipóteses iniciais de trabalho. No trecho em questão, de *Ofício de Sociólogo*, ele examina os diálogos ou o que chamou de *hierarquia dos atos epistemológicos*,³⁷ que constitui a articulação interna da estrutura formal de determinada pesquisa científica. Na ocasião, ele procura não apenas mostrar os possíveis e necessários cruzamentos entre as diferentes etapas de trabalho, mas também nomear, por ordem de importância, cada fase exploratória da pesquisa. Assim, acaba por propor o que seria uma descrição das etapas que devem orientar seu desenvolvimento. Entretanto, é justamente aí que se observa a opção radical pela *problemática teórica* como grande bússola na construção do objeto científico. Embora mencione a aplicação do método ou das técnicas de pesquisa que caracterizam o trabalho empírico como fundamentais, é a teoria, lembra ele nas palavras de Popper, que “domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações de laboratório”.³⁸ Isso porque, apesar da reivindicação empírica quanto a uma suposta autonomia dos instrumentos e escalas de medição, trata-se de pensá-los sempre como *teorias em ato*,³⁹ isto é, queira-se ou não, seriam eles necessariamente portadores de uma *teoria implícita do social*⁴⁰ que os antecede e orienta. Significa remontar não só à idéia de que os *fatos não falam*, ou seja, de que é preciso interpretá-los e, assim, fazê-los falarem, argumento que remete à impossibilidade de desconsiderar o enorme manancial teórico acumulado nos diferentes campos científicos, mas, também, à de que os dados, independente da incursão empírica da qual advém, uma vez desvinculados da teoria que os reúne, simplesmente voltam ao “estado de poeira de onde tinham sido tirados”.⁴¹ No caso das diferentes fases que caracterizam a estrutura interna da pesquisa, interessa saber, portanto, se, ao final, se produziu a necessária correspondência entre suas diferentes etapas e as exigências previstas inicialmente na problemática teórica de trabalho.

5. Conclusão

Nesse sentido, em se tratando da construção do objeto científico, a questão remonta à necessária compreensão de que ele resulta não apenas da obrigatória *ruptura*

³⁵ Idem, ibidem: 73.

³⁶ Idem, ibidem: 80.

³⁷ Idem, ibidem: 73.

³⁸ POPPER, Karl. *The logic of Scientific Discovery*, 1959 Apud BOURDIEU. *Ofício de Sociólogo*. Op.cit.: 48.

³⁹ Idem, ibidem: 53.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem, ibidem: 49.



que se opera junto aos chamados fatos sociais, mas também da imprescindível integração destes últimos, às chamadas redes conceituais, responsáveis pela especificidade dos campos científicos. Significa dizer que não há construção de objeto científico sem *problemática teórica*, ou seja, é ela que responde, em última instância, pelos níveis de cientificidade que caracterizam a conversão dos fatos sociais em objetos de estudo. Em outras palavras, o objeto científico seria, antes de qualquer coisa, o resultado da apropriação de uma realidade articulada pelo pensamento; apropriação, entretanto, que não atende por qualquer pressuposto, senão por aqueles constituídos de *problemáticas teóricas* representantes dos padrões sistêmicos através dos quais opera o saber científico. Por isso, afirma Bourdieu, a lembrança do postulado epistemológico fundamental elaborado por Max Weber:

Não são (...) as relações reais entre as “coisas” que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre problemas. É apenas nos campos em que é aplicado um novo método a novos problemas e em que são descobertas, assim, novas perspectivas que surge também uma nova ciência.⁴²

Apesar de indicar em seu subtítulo, *Metodologia da pesquisa na sociologia*, uma abordagem de crivo sistemático das etapas específicas do desenvolvimento da investigação sociológica, o livro de Bourdieu pode também ser lido como contribuição à tentativa de transformar em disciplina a presente prática de pesquisa. Embora mencione na nomeação das três etapas daquela que seria a *ordem dos atos epistemológicos* uma proposição metodológica, sua reflexão, na realidade, caracteriza-se propriamente como de caráter epistemológico, ou seja, para além da apresentação das fases da pesquisa em sociologia há, como fundo, uma preocupação em determinar os limites e possibilidades de sua instauração como saber científico. Significa dizer que a partir da explicitação das diferentes, embora articuladas, fases da pesquisa estaria sendo pensado o nível de cientificidade presente em tal prática do conhecimento, ainda que, por natureza, ela apareça atrelada ao mundo social. Sua análise trata da institucionalização de tal fazer científico; por esse motivo, a ênfase no debate com aquelas que são consideradas, em referência a Kuhn, as *matrizes disciplinares* das ciências sociais. Pela remissão a Marx, Weber e Durkheim ele situa o “leque de problemas, os métodos adaptados a esse trabalho, assim como o estado de realização científica que é aceite por uma fração importante dos cientistas e que

⁴² WEBER, Max. *Essais sur La théorie de La science*, 1965 Apud BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo*. Op. cit.: 45



tende a impor-se a todos os outros”.⁴³ Por isso, então, a radicalidade da opção em torno da *problemática teórica* como núcleo originário da pesquisa sociológica. Seu objetivo é mostrar que não existe *objeto científico* que não resulte necessariamente da articulação conceitual construída de modo intencional entre o fenômeno social e o arcabouço teórico existente em cada campo científico. Mais do que isso, seriam as próprias disciplinas o resultado de sua respectiva conquista de objeto científico. Daí o diálogo com as *matrizes disciplinares* das ciências sociais. Com intuito de construir aquele que seria o objeto científico próprio da sociologia, ele analisa suas condições de possibilidade a partir do acúmulo teórico já existente naquelas que seriam as teorias fundadoras de seu campo mais próximo.

Bibliografia:

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

BRAGA, José Luiz. **Constituição do campo da Comunicação** In *Verso e Reverso*. Revista de Comunicação. Ano 14, n. 30, São Leopoldo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições, 2004;

_____. CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ: Editores Vozes: 2007.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. **Aprendendo a pensar**, vol. I I, Petrópolis: Ed. Vozes, 2ª edição, 2000.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Epistemologia da Comunicação**. Edições Loyola: São Paulo. 2003.

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POPPER, Karl. **The logic of Scientific Discovery**, 1959 Apud BOURDIEU. *Ofício de Sociólogo*.

WEBER, Max. **Essais sur La théorie de La science**, 1965 Apud BOURDIEU, Pierre. *Ofício de Sociólogo*.

⁴³ Termo que caracteriza o trabalho das comunidades científicas. Idem, ibidem: 29.